

[ANÁLISES](#)

O desmantelamento de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável

Intensifica-se a orquestração de ações para que o Virola-Jatobá passem pelos mesmos processos que resultaram na degradação e concentração fundiária observada no entorno

[ROBERTO PORRO](#)

11 de maio de 2022



Desmatamento registrado em Anapu/PA, em outubro de 2018. Foto - Roberto Porro/Embrapa

[amazonia](#) [desmatamento](#) [grilagem de terras](#) [Projeto de Desenvolvimento Sustentável](#)

Em 21 de setembro último, quando foi comemorado o Dia da Árvore, a Embrapa lançou o livro “[Árvores do Manejo Florestal no Projeto de Desenvolvimento Sustentável \(PDS\) Virola-Jatobá](#)”. A publicação resultou de esforço conjunto de pesquisadores, técnicos e de agricultores no município de Anapu que vinham manejando a floresta em assentamento de reforma agrária com características diferenciadas, priorizando a conservação ambiental na região da rodovia Transamazônica, no estado do Pará.

A satisfação de ver materializado um produto voltado ao fortalecimento de iniciativas sustentáveis foi ofuscada, contudo, por sentimentos de frustração e revolta decorrentes da descontinuidade forçada da iniciativa local, devido à incapacidade do poder público em coibir a ação daqueles que se apropriam indevidamente das florestas e terras da Amazônia.



Com efeito, o que se constata em Anapu a partir de 2017 é o iminente colapso do PDS enquanto modalidade de ordenamento fundiário que promove a tão necessária integração de objetivos sociais e ambientais.



Duas décadas atrás, os PDS foram criados como assentamentos de reforma agrária nos quais vastas áreas de floresta seriam manejadas de forma sustentável sob o domínio comum de agricultores, que recebem o usufruto de lotes de 20 hectares para seus cultivos. Essa proposta contou com o decisivo apoio da irmã Dorothy Stang, e resultou na criação dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Virola-Jatobá e Esperança, em Anapu. De acordo com o Incra, 108 PDS foram criados em toda a Amazônia, para o assentamento de mais de 22 mil famílias em cerca de 3,1 milhão de hectares.

Na maioria dessas áreas, contudo, projetos sustentáveis não foram incentivados, e o uso da terra pouco se diferenciou do ocorrido nos mais de 2.900 assentamentos convencionais da Amazônia, com pronunciado desmatamento nos anos que se seguiram à criação dos mesmos. Ainda mais grave, constatou-se na maior parte dos PDS a tendência de progressiva apropriação de terras por indivíduos que não são beneficiários da reforma agrária, visando a especulação e retirada ilegal de madeira.

O PDS Virola-Jatobá não apresentava esse roteiro. Mesmo passados quinze anos do início do assentamento, mais de 95% de sua área continuava sob cobertura florestal até 2016. Dez anos antes, uma proposta de manejo florestal havia sido iniciada, com treinamentos e um contrato com empresa privada que vigorou até 2013, quando uma normativa do Incra passou a vedar a atuação direta de empresas florestais em assentamentos.


A partir de 2014, as famílias assentadas buscaram apoio para restabelecer o manejo florestal por meio de suas próprias organizações (Associação AVJ e Cooperativa COOPAF), o que ocorreu entre 2015 e 2017, período em que foram realizadas as atividades de campo que resultaram na publicação lançada pela Embrapa.

Porém, no final daquele ano, intensifica-se a orquestração de ações visando desestabilizar a proposta dos PDS em Anapu, para que essas terras passem pelos mesmos processos que resultaram na degradação e concentração fundiária observada no entorno. Passados mais de quatro anos sem uma ação efetiva do poder público, o assentamento tem sido gradualmente ocupado por pessoas que adquirem ilegalmente os lotes familiares de 20 hectares, ou invadem a reserva legal. Com pretensões de domínio sobre áreas maiores, investem na derrubada de florestas. Estes ocupantes não aceitam as normas do PDS, sendo apoiados e financiados por madeireiros

ilegais e especuladores que lucram com a venda de terras públicas. Tais invasões resultaram em desmatamento que já supera 2.500 hectares, inviabilizando novos licenciamentos para a [continuidade do manejo florestal comunitário](#).

Como se não bastasse terem sido tolhidas do capital natural que contribuía significativamente para seu sustento, as famílias do PDS Virola-Jatobá que defendem a legalidade, por meio de sua associação, foram recentemente autuadas pelos órgãos ambientais que as responsabilizou pelo desmatamento registrado, com multas que superam os R\$2,5 milhões! A despeito de inúmeras denúncias, documentos e tratativas junto a órgãos públicos ao longo desse período, procedimentos kafkianos aprofundam o paradoxo da situação e agravam o sentimento de impotência frente a tamanho disparate.

Fatos observados no PDS Virola-Jatobá ao longo destas duas décadas demonstram assim os efeitos de perturbações extremas em domínios sociais e ecológicos interconectados. Nesses casos, quando um limiar é atingido em sistemas sociais com fortes assimetrias, restringindo a ação de segmentos vulneráveis, poucas condições restam para mudanças adaptativas no mesmo regime. Mudanças drásticas passam a comprometer o bem-estar humano e a provisão de serviços ecossistêmicos. Nesse caso, a essência de uma modalidade fundiária como o PDS, que combina justiça social e conservação ambiental, tende a se esvaír, dando lugar a um novo regime com maior restrição nas opções e inovações socioecológicas, refletindo retrocessos recentemente vivenciados.

Comentários 

Para uma análise detalhada sobre a situação no PDS Virola-Jatobá: [Clique aqui](#).



Ação realizada em 2016. Foto – Roberto Porro/Ambrapa

As opiniões e informações publicadas nas sessões de **colunas** e **análises** são de responsabilidade

dos seus autores e não necessariamente representam a opinião do site ((o)eco). Buscamos nestes espaços garantir um debate diverso e frutífero sobre conservação ambiental.



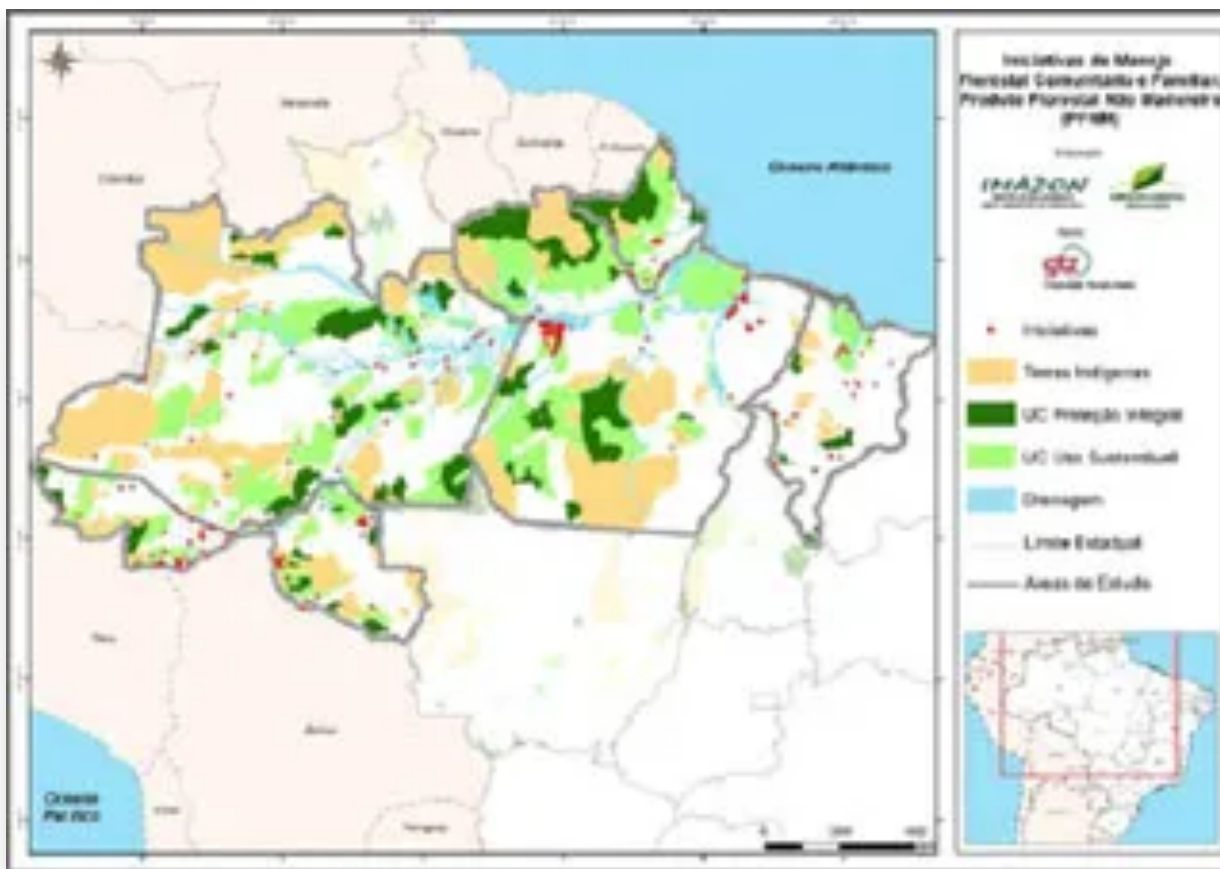
Roberto Porro

Apoie o
jornalismo
ambiental
Campanha de
financiamento
coletivo

((o)eco

Colabore

Leia também



REPORTAGENS

28 de abril de 2011

Envolver comunidades é desafio do manejo

Com maior apoio do governo, projetos de exploração florestal na Amazônia podem ser gerenciados por comunidades extrativistas. →

NATHÁLIA CLARK



Incrá promete reduzir desmatamento em assentamentos

Autarquia quer deixar para traz o título de maior desmatador da Amazônia. Acordo firmado com o Ministério Público foi assinado hoje. →

[REDAÇÃO \(\(O\)\)ECO](#)



[ANÁLISES](#)

5 de janeiro de 2022

O que as cercas de acapu ensinam sobre o desmatamento na Amazônia?

O status de “em perigo” muito pouco ou nada afetou a extração ilegal do acapu por aqueles que comercializam estacas e que desafiam a legalidade do uso de recursos florestais na Amazônia →

[ROBERTO PORRO](#)

Mais de ((o))eco

Grilagem De Terras

NOTÍCIAS

[Campeão em violência no campo, MA tem quase metade de seu território sem destino fundiário](#)

REPORTAGENS

[Análise sobre novo texto do PL da Grilagem é adiada para 2022](#)

NOTÍCIAS

[Até 2020 Rondônia não possuía lei para regular destinação de terras públicas](#)

NOTÍCIAS

[Tocantins vende terras públicas invadidas a R\\$ 3,50 o hectare](#)

Desmatamento

Login

Amazônia

NOTÍCIAS

[Para beneficiar pecuária, Acre reduz em até 80% imposto sobre comercialização de gado](#)

NOTÍCIAS

[Deputado do AM quer flexibilizar licenciamento ambiental da BR-319 para facilitar conclusão das obras](#)

SALADA VERDE

[Advogado assume chefia da Superintendência do Ibama no Amapá](#)

NOTÍCIAS

[Carlos Nobre é segundo brasileiro a ser eleito para Royal Society depois de Dom Pedro II](#)

Política Ambiental

REPORTAGENS



[Para beneficiar pecuária, Acre reduz em até 80% imposto sobre comercialização de gado](#)

NOTÍCIAS

[Amazônia perdeu em abril área equivalente à cidade do Rio de Janeiro, diz Imazon](#)

NOTÍCIAS

[Desmatamento no Amazonas triplica entre março e abril e chega a 347 km²](#)

NOTÍCIAS

[Sob o custo de R\\$ 175 milhões, Governo mantém sob sigilo operação contra desmatamento na Amazônia](#)

[Amazônia tem mais de 425 mil famílias sem energia elétrica](#)

ANÁLISES

[Oportunidades e desafios para a implementação do Código Florestal brasileiro](#)

NOTÍCIAS

[Deputado do AM quer flexibilizar licenciamento ambiental da BR-319 para facilitar conclusão das obras](#)

REPORTAGENS

[Uma farinha inacabada, um mandiocal sem água e a vida que resiste em meio ao deserto verde](#)



Novo Peugeot 208

Peugeot 208 2022 com Condições Especiais. Confira no Site e Garanta Seu!

Peugeot

[Compre Aç](#)

Deixe uma resposta

Digite seu comentário aqui...

Quem somos

((o))eco é feito pela Associação O Eco, uma organização brasileira que se preza por não ter fins lucrativos nem vinculação com partidos políticos, empresas ou qualquer tipo de grupo de interesse.



Login